

## Proposta pedagógica

### Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida

Jane Paiva<sup>1</sup>

#### Sinopse:

No atual momento político, o Brasil reconhece o movimento histórico nacional e internacional de luta em defesa do direito à educação para todos, assumindo o desafio de organizar, como política pública, especialmente, a área de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Com o sentido de aprender por toda a vida, em múltiplos espaços sociais, a área responde às exigências do mundo contemporâneo, para além da escola. Como modalidade de ensino, descortina um modo de fazer educação diferente do regular. Em ambos os sentidos, assegura a emergência de foco nos sujeitos e nos saberes produzidos na cultura e na relação entre classes e grupos sociais, ao tempo em que também reconhece e identifica a forte presença jovem, nos diferentes projetos. Quem são, no entanto, os sujeitos jovens e que espaços sociais vêm ocupando? Desigualdade e exclusão na realidade brasileira e perspectiva de instituição de direitos definem a realidade da EJA, exigindo que o foco em processos educativos esteja na diversidade de sujeitos. Ênfase nas duas centralidades dos projetos pedagógicos de escolarização: a) sujeitos-alunos de regiões metropolitanas, internos penitenciários, afro-descendentes, de populações indígenas e do campo, mulheres; b) práticas pedagógicas e saberes nelas produzidos pelos sujeitos-professores (estes também jovens e adultos), constituindo projetos pedagógicos por meio de processos de formação continuada.

EJA: continuar... e aprender por toda a vida – o movimento da história

Narrativa da história internacional recente

A Educação de Jovens e Adultos tem sido marcada, desde 1949, com a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Elsinore, Dinamarca, por movimentos globais que assinalam a importância das políticas públicas voltadas ao segmento populacional dos adultos. Passando por variadas concepções, essa modalidade de educação, retratada neste momento por acordos que têm força de lei, viu a continuidade de seus caminhos traçados pelas Conferências de 1960 em Montreal, Canadá; de 1972, em Tóquio, Japão; de 1985, em Paris, França, até julho de 1997, quando se realizou a V Conferência Internacional de Educação de Adultos em Hamburgo, Alemanha. Desde o pós-guerra, conscientes do significado de educar os adultos, os países do mundo vêm enfrentando o desafio de atuar para mudar a realidade educacional desses sujeitos, atualmente contando com 862 milhões de pessoas analfabetas, número esse superior ao de crianças que frequentam a escola primária em todo o mundo.

Na Conferência de Hamburgo, especialmente, o sentido da educação de adultos alargou-se para absorver a idéia do aprender por toda a vida, como condição indispensável à vida adulta, porque os sujeitos se humanizam e se formam em processos continuados de aprendizagem, não representados necessariamente pela escola, mas pelos múltiplos espaços sociais em que interagem, como o do mundo do trabalho, das relações familiares, sociais,

religiosas, de sindicatos, partidos políticos, associações etc. Metas foram estabelecidas e também foi reconhecido o direito de sujeitos jovens integrarem a modalidade educação de adultos, conforme vinha acontecendo, na prática educacional de muitos países do mundo, ao longo do intervalo de tempo entre as duas últimas conferências.

Em setembro de 2003, por convocação da UNESCO, seis anos após Hamburgo, o Balanço Intermediário realizado em Bancoc, Tailândia (CONFINTEA Mid Term, ou CONFINTEA + 6), revelou dados que ainda assustam, e que obrigaram os países signatários, diante dos números e da realidade diagnosticada, a reafirmar as metas e os objetivos estabelecidos em 1997, na esperança de conseguir chegar a 2009 o mais próximo do pensado, quando os acordos estabelecidos vislumbravam a possibilidade de um futuro alvissareiro, assumindo a educação como chave para o século XXI.

Nessa Conferência de Meio Termo, pôde-se constatar que a América Latina e o Caribe, expressando progressos educacionais da região, incluíram na pauta temática dos programas a resolução de conflitos; a educação para a paz e a cidadania; a identidade cultural, assim como valorizaram o patrimônio cultural, temas de saúde, de direitos humanos e interculturais, não apenas para grupos indígenas, mas também para toda a população. Mas, ao mesmo tempo, retomaram o tema da alfabetização para jovens e adultos, considerando que 39 milhões de pessoas ainda se encontravam sem saber ler e escrever, o que correspondia a 11% da população maior de 14 anos. A este número deve-se acrescentar 110 milhões de jovens e adultos que não completaram quatro anos de escolaridade, ou seja, os chamados analfabetos funcionais, e ainda 20% de crianças que não completaram a educação primária. A questão do acesso restrito ao sistema educativo, em toda a América Latina, reforça esses dados, assim como a qualidade do que é oferecido confronta-se com as políticas públicas de toda a região.

Isso não é, no entanto, exclusivo da região, pois alguns relatórios que estudaram os processos políticos vividos no contexto da globalização e dos condicionantes econômicos — que pressionaram o decréscimo de investimentos em todos os países, desenvolvidos e não desenvolvidos —, demonstram que cerca de 70 países não atingirão as metas fixadas pela V CONFINTEA até o ano 2009, 12 anos depois dos acordos firmados.

Dada a importância que as delegações presentes a Bancoc continuavam a creditar à educação e à aprendizagem dos adultos, os representantes presentes à Conferência reafirmaram que:

“Hoje, mais que nunca, a educação e a aprendizagem dos adultos constituem a chave indispensável para liberar as forças criativas das pessoas, dos movimentos sociais e das nações. A paz, a justiça, a autoconfiança, o desenvolvimento econômico, a coesão social e a solidariedade continuam a ser metas e obrigações indispensáveis que terão de ser perseguidas, reforçadas por meio da educação e da aprendizagem dos adultos”<sup>2</sup>.

No Brasil, a história se repete... na contramão

No Brasil, a história não vem se passando diferentemente do movimento do mundo. Também entre nós a Educação de Jovens e Adultos nem sempre teve assegurado seu lugar ao sol. Se em alguns momentos figurou como direito no texto constitucional, noutras foi excluída, voltando ao sublugar do qual tem lutado para sair. Depois de longo

período sem reconhecer o direito dos adultos à educação — embora o tempo da ditadura militar tivesse assegurado política, sistema e recursos para desenvolver uma concepção compensatória dessa modalidade, associada à lógica do desenvolvimento — a Constituição de 1988 assume o direito de todos ao Ensino Fundamental, independente da idade, incorporando ao texto a luta de educadores e movimentos em prol da igualdade de direitos para todos.

Quando em 1990 o governo Collor extingue a Fundação Educar – que representava a política brasileira, depois da ditadura, para a Educação de Jovens e Adultos, substituindo-a pelo Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC – proposta natimorta que nunca se fez política, logo depois abandonada –, os rumos da EJA passaram a ser ditados pela concepção de que esta só existe pelo fracasso da escola básica de crianças. Esta concepção, na contramão da história, desconsiderava a condição de aprendizes por toda a vida dos sujeitos adultos, e continuava a considerá-los escolares que voltavam para cumprir as etapas da escola básica, não cursadas na chamada “idade própria”.

Vários dirigentes expressaram suas concepções até mesmo preconceituosas, creditando a “culpa” do não saber ler e escrever, do não ser escolarizado, às vítimas de um sistema desigual, apartador, segregacionista, mantido em função das origens de classe, negador de direitos iguais para todos os cidadãos. Políticos<sup>3</sup>, ministros<sup>4</sup>, dirigentes, educadores praticaram essa concepção e a levaram adiante, agravando a situação brasileira, nos oito anos de 1994 a 2002, quando o direito foi substituído por um programa assistencialista e compensatório, expressão negadora do conhecimento e dos movimentos da sociedade e dos educadores em defesa da EJA.

O Programa de Alfabetização Solidária – PAS<sup>5</sup> teve não só acesso facilitado aos recursos públicos do FNDE como nenhum outro na mesma ocasião, como ainda dispunha da rede de universidades públicas e privadas para executarem o programa como “parceiras”<sup>6</sup>, disponibilizando pessoal, alunos, passagens, trabalho, sem ressarcimentos ou compensações financeiras. Traduzida como política oficial, fazia desse “abre-te sésamo” sua porta de entrada para viabilizar os recursos que ainda recebiam dos empresários, inicialmente (e depois de pessoas físicas, também) – doações que compunham a metade do custo-aluno para seis meses de programa, sob o apelo “adote um analfabeto”, visto como sujeito carente, a ser tutelado pelos que sabem ler e escrever e que detêm o poder em uma sociedade meritocrática, elitista e autoritária.

Ao mesmo tempo em que o PAS se firmava, uma luta se organizava na sociedade, representada pelos Fóruns de EJA, que se formam, originalmente, quando da preparação para a V CONFINTEA.

Aliando parceiros nas experiências coletivas, esses Fóruns buscaram maior visibilidade política, como resistência organizada às políticas governamentais que, sucessivamente, vieram mascarando (e maquiando pela propaganda massiva) as ações de Educação de Jovens e Adultos. Como articulação informal, encontraram modos de gestão e apontaram perspectivas de resistência capazes de interferir, em muitos casos, nas políticas locais, no sentido de, cada vez mais, assumi-las como políticas públicas, devido à relevância da participação e da consciência do lugar político dos educadores, qualquer que seja o cargo que ocupem nas redes de ensino, instituições, universidades, ONGs etc.

Os Fóruns, como movimentos sociais, resultam do esforço político coletivo de várias pessoas/entidades que acreditaram na idéia e na possibilidade de gestão compartilhada e cooperativa para tomar decisões e propor alternativas. Significa dizer que ali o poder circula, não está centralizado, não é hierárquico. Além disso, por não exigir representação de entidades, seus participantes são autônomos nas deliberações que tomam, independente das posições e cargos que ocupem, o que implica, necessariamente, uma negociação constante dos “desejos” acordados nos Fóruns com os limites expressos pelos poderes constituídos em todos os níveis.

No atual momento político, depois de passar um ano no embate da prioridade para a alfabetização de adultos, defendida pelo MEC x continuidade da EJA, bandeira antiga dos educadores e dos Fóruns, o governo brasileiro reconhece o movimento histórico nacional e internacional de luta em defesa do direito à educação para todos, assumindo o desafio de organizar, como política pública, especialmente, a área de EJA, não se restringindo ao campo da alfabetização.

A EJA, com o sentido de aprender por toda a vida, em múltiplos espaços sociais, responde às exigências do mundo contemporâneo, para além da escola. Como modalidade de ensino, descortina um modo de fazer educação diferente do regular, que começa na alfabetização, mas não pára aí, porque o direito remete, pelo menos, ao nível do Ensino Fundamental.

Em ambos os sentidos, assegura-se a emergência de foco nos sujeitos e nos saberes produzidos na cultura e na relação entre classes e grupos sociais, ao tempo em que também se reconhece e se identifica a forte presença jovem, nos diferentes projetos.

A política se renova: sujeitos da diversidade aprendem... por toda a vida

*As coisas estão no mundo... só que eu preciso aprender.*

Paulinho da Viola

Quem são os sujeitos da EJA e que espaços sociais vêm ocupando? Esta costuma ser uma pergunta essencial que abre qualquer trabalho na área da Educação de Jovens e Adultos.

De modo geral, costuma-se pensá-los como trabalhadores, excluídos do direito à escolarização, e do direito de aprender sempre... e mais. “Desqualificados” tem sido o termo utilizado, para relacionar a condição de trabalhadores subalternizados à idéia de que freqüentar e concluir a escola constitui o critério de mérito responsável pela garantia de trabalho/emprego.

Mas quantos são os sujeitos que conhecemos na atualidade que, embora tenham escolaridade, não têm emprego, não se empregam? O que mudou? A exigência, ou o mundo do trabalho?

A organização do mundo produtivo, sem dúvida, vem mudando aceleradamente a cada dia. A conformação que temos hoje dos espaços de trabalho talvez fosse inimaginável há alguns anos. Se é fato que os sujeitos da EJA são potenciais trabalhadores, não é inteiramente correto afirmar que são trabalhadores. Tanto a expectativa de trabalho conforma o seu estar no mundo, quanto a relação que desenvolvem com o mundo do trabalho formal assume um novo conceito sobre o que é ser trabalhador. Para a lógica da EJA, essa condição é fundamental, pois é ela que

pode definir caminhos teórico-metodológicos na escolha dos projetos, dos horários de curso, dos currículos a serem desenvolvidos.

Esta condição não se sustenta sozinha, quando se definem projetos na EJA. Trabalhadores, sim, não, mas... de que idade? Do campo, ou da cidade? Jovens, ou adultos? Da terceira idade e ainda trabalhando? O que desejam aprender? Brancos, mulatos, negros, pardos, pobres, “e quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados”<sup>7</sup>? Jovens pobres? De áreas metropolitanas, ou trabalhadores do campo — “a cidade não mora mais em mim. Francisco, Serafim, vamos embora”<sup>8</sup>? Migrantes. Mulheres... “tem saudade do Ceará mas não muita [...] — É Iracema da América!”<sup>9</sup> Mães? O que sabem do cuidado com seus filhos, tão jovens são... Indígenas e a cultura bilíngüe: “minha pátria é minha língua”, ou “a língua é (que é) minha pátria”<sup>10</sup>? Jovens negros, pobres e já privados da liberdade? Jovens com direitos, ou sem direitos? Funkeiros, do rap, do samba, do bumba-meu-boi... Sabem ler... mas não muito, e precisam continuar os estudos? “Quase não tínhamos livros em casa e a cidade não tinha livraria”<sup>11</sup>... e também não tinha — e talvez ainda não tenha — bibliotecas!

Desigualdade e exclusão de toda sorte na sociedade brasileira e a perspectiva de instituição de direitos definem, em verdade, a realidade da EJA, exigindo que o foco em processos educativos esteja, pois, na diversidade de sujeitos. É para eles que os projetos de Educação de Jovens e Adultos precisam voltar-se, para além da escolarização, embora se saiba o quanto ainda devemos avançar, de modo a garantir o direito à educação negado a tantos jovens e a tantos adultos. As distâncias entre os sujeitos que têm acesso aos bens culturais, aos avanços tecnológicos e os que não têm esse acesso é incomensurável, e cada dia mais se produzem apartações de toda ordem, desafiando a possibilidade de compreensão, porque imersas numa extensa e complexa rede, à espera de desvendamentos. Implica traduzir e apreender essa complexidade, não apenas ditada pelas tecnologias da informação e da comunicação, mas também pelos bens e valores que conformam a era em que vivemos: câmeras digitais de memórias que desafiam as nossas; microcomputadores de todos os tamanhos e tipos, que se levam na palma da mão; celulares de múltiplas funções aliados e confrontados com os livros — páginas que encerram códigos de talvez mais difícil decifração, associados a crises éticas, violência, ausência de cidadania, tênue vivência democrática.

O que cabe, pois, à Educação de Jovens e Adultos assumir, como política pública, é, por um lado, dar ênfase às duas centralidades de projetos pedagógicos de escolarização, postas em sujeitos alunos — de regiões metropolitanas, internos penitenciários, afro-descendentes, de populações indígenas e do campo, mulheres etc.; e em sujeitos professores, também jovens e adultos, com suas práticas pedagógicas e saberes nelas produzidos, para constituírem juntos projetos pedagógicos, a partir dos sentidos e processos vivenciados de formação continuada. De outro lado, o aprender por toda a vida faz o homem ser mais, humaniza-o, potencializa sua condição de sujeito pensante, que interfere e transforma, com seu agir, o mundo.

Como política pública, pensar a educação nessa modalidade implica não apenas tomar o sistema educativo formal nas mãos, mas assumir o concurso da sociedade em todas as iniciativas que vem fazendo, para manter viva a

chama do direito, ainda não feito prática para todos. Implica, também, assumir que a sociedade educa em todas as práticas que realiza, que as cidades educam, e que projetos de nação e políticas de governo têm um vigoroso papel pedagógico, se intencionalmente dispostos a transformar a realidade, incluindo “a educação e a aprendizagem de jovens e adultos em todas as iniciativas de desenvolvimento e em programas sociais, como contribuição essencial à prosperidade econômica, ao desenvolvimento sustentável, à coesão social e à solidariedade”<sup>12</sup> .

Estes são os programas dessa série, que será apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola de 20 a 24 de setembro.

**PGM 1** Continuar... e aprender por toda a vida

A EJA no atual momento político: da concepção inicial de alfabetização à extensão ao Ensino Fundamental, pela continuidade, entendida como garantia do direito constitucional; a Conferência CONFINTEA + 6 em Bancoc e suas revelações; os movimentos dos Fóruns de EJA.

[PGM 2](#) [Por uma nova Educação de Jovens e Adultos](#)

Os sentidos da EJA pós-LDB/96 e pós-Hamburgo: EJA como modalidade para todos os segmentos de ensino (excetuando-se a Educação Infantil); descortinar esse modo de fazer educação diferente do regular (discutir a idéia de suplência que continua vigorando, e os sentidos do chamado regular noturno); arranjos curriculares possíveis: concepções, horário, materiais... possibilidades asseguradas pela legislação. Pressupostos devem garantir a condição de sujeitos curiosos, portadores de saberes em relação. Como garantir o direito de aprender por toda a vida – os múltiplos espaços educativos onde se aprende, para além da escola (movimentos sociais, igreja, sindicatos, trabalho, turmas de bairro, galeras etc.). Políticas de diversidade e seus sentidos.

[PGM 3](#) [Os sujeitos educandos na EJA](#)

Os sujeitos – trabalhadores e não-trabalhadores – como foco central dos processos educativos na EJA: questões sobre a diversidade dos sujeitos – juventudes (questões socioeconômicas e do mundo do trabalho, questões culturais) e jovens das regiões metropolitanas; direito de internos penitenciários (a juventude que fortemente integra as populações carcerárias); realidade dos afro-descendentes (marcas da exclusão).

[PGM 4](#) [Uma história em construção: EJA no campo](#)

Os sujeitos como foco central dos processos educativos na EJA: população indígena e do campo. Mulheres — desigualdade e exclusão x autoria dos próprios projetos.

[PGM 5](#) [Sujeitos-professores da EJA](#)

EJA e formação continuada de professores: constituição de projeto pedagógico adequado às características das populações; sujeitos-professores são também jovens e adultos em processos de metacognição sobre o aprender de seus alunos.

## **Bibliografia**

CNE. Parecer n. 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, maio 2000.

BALANCE INTERMEDIO, CONFINTEA V. *La renovación del compromiso con la educación y el aprendizaje de adultos*. Informe en síntesis. Bangkok, Tailandia, 6-11 de septiembre 2003. Versión español. 24p. (documento eletrônico)

CONFINTEA V. *Declaração de Hamburgo*. V Conferência Internacional de Educação de Adultos. Hamburgo, Alemanha, jul. 1997.

MEC/SEEA. *Programa Brasil Alfabetizado*. Brasília: MEC, 2003. Página eletrônica: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

HADDAD, Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. p.106-122. In: BRZEZINSKI, Iria (org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, PAIVA, Jane (orgs.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

#### NOTAS:

---

1 Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Consultora dessa série.

2 “Hoy, más que nunca, la educación y el aprendizaje de adultos conforman una clave indispensable para liberar las fuerzas creativas de las personas, los movimientos sociales y las naciones. La paz, la justicia, la autoconfianza, el desarrollo económico, la cohesión social y la solidaridad siguen siendo metas y obligaciones indispensables que habrá que seguir persiguiendo y reforzando en y a través de la educación y el aprendizaje de adultos.” (In: **La renovación del compromiso con la educación y el aprendizaje de adultos**. Informe en síntesis sobre el Balance Intermedio, CONFINTEA V, Bangkok, Tailandia, 6–11 de septiembre 2003, p.22).

3 Darcy Ribeiro, político, na ocasião, e grande educador, no Congresso Brasileiro de Educação em São Paulo, 1989, usou a célebre frase “Deixem os velinhos morrerem em paz” que Sérgio Haddad problematizou em um texto posteriormente. Quando Secretário Extraordinário de Educação, no Rio de Janeiro, durante o Governo Brizola, criou o Programa de Educação Juvenil – PEJ, em 1985, que atendia apenas a jovens de 15 a 25 anos.

4 O Ministro José Goldenberg, justificando-se quanto à não-política para a área, expressou a idéia de que o analfabeto já conquistara o seu lugar. Que embora não fosse um bom lugar, ele já estava acostumado a viver assim, não se devendo mexer com os analfabetos.

5 O PAS foi criado no interior do Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, que se valeu de sua condição para mobilizar recursos físicos (rede de universidades públicas e privadas) e financeiros (metade financiamento público, metade doação de empresários). Mais tarde passou a ser uma ONG, continuando a gozar do beneplácito oficial para as vantagens já garantidas orçamentariamente.

6 A crítica à idéia de parceria deve-se ao fato de que as universidades tinham o dever de sustentar política e financeiramente a formação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Programa, do ponto de vista dos sujeitos formadores, que assumiam da formação à avaliação. No entanto, esses sujeitos – essas entidades –, não podiam assumir, como “parceiras”, uma concepção pedagógica própria de ensinar a ler e a escrever, nem podiam

criticar o modelo posto, exercitando seu papel de pesquisa, investigação e produção do conhecimento, modificando/alterando o modo de conceber/fazer a alfabetização.

7 Alusão à música *Haiti*, de Gilberto Gil e Caetano Veloso, considerando a condição de classe – pobre – como invisibilizadora das diferenças étnicas no mesmo grupo social, no que diz respeito ao tratamento que as autoridades – representadas pela polícia, quase sempre – a eles dispensam.

8 Versos da música *Assentamento*, de Chico Buarque.

9 Versos da música *Iracema Voou*, de Chico Buarque.

10 Versos da música *Língua*, de Caetano Veloso.

11 Versos da música *Livros*, de Caetano Veloso.

12 (...) a incluir la educación y el aprendizaje de las personas adultas en todas las iniciativas de desarrollo y programas sociales como una contribución esencial a la prosperidad económica, al desarrollo sostenible, a la cohesión social y a la solidaridad. (In: La renovación del compromiso con la educación y el aprendizaje de adultos. Informe en síntesis sobre el Balance Intermedio, CONFINTEA V, Bangkok, Tailandia, 6–11 de septiembre 2003, p.23).